



Proc: _____ Fls: _____

Ass: _____

Setor de Licitações

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 90011/2026

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 70.880,00 (setenta mil oitocentos e oitenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/02/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim / Licitação Exclusiva para ME/EPP/Equiparada

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
12. DOS RECURSOS	19
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

Processo Administrativo nº 3.238/2025

UASG: 985821

Torna-se público que a *Secretaria Municipal de Educação*, por meio do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sediado na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 - Sala 101, Centro, Cantagalo - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos nº 3.982/2023 e Decreto nº 4.131/2024, Portaria Municipal nº 9.980/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Total Estimado (R\$)
1	Botijão de GLP P-13 (13 kg)	Unidade	220	R\$ 140,00	R\$ 30.800,00
2	Botijão de GLP P-45 (45 kg)	Unidade	120	R\$ 334,00	R\$ 40.080,00
TOTAL GERAL ESTIMADO					

1.3. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, o e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 sociedades cooperativas;

3.9.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

3.9.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2 empresas brasileiras;

7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Habilitação Jurídica

9.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.1.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.11 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.12 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

9.1.13 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.14 Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

9.1.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1.17 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.1.18 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.1.19 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

9.1.20 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.1.21 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

9.1.22 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.1.23 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf ;

Qualificação Técnica

9.1.24 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.24.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.1.24.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.1.24.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

9.1.25 O CNPJ da empresa que fornecerá o material deverá conter CNAE correspondente ao objeto da contratação.

9.1.26 Apresentar certificado de autorização de Revendedor de GLP emitido pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos digitais.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.11.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Cantagalo-RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@cantagalo.rj.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cantaga.rj.gov.br.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 15.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 15.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
- 15.11.4 Anexo IV – Modelo de Proposta;
- 15.11.5 Anexo V – Declaração Conjunta;
- 15.11.6 Anexo VI – Declaração de ME - EPP

Cantagalo-RJ, 26 de janeiro de 2026.

Carlos Alexandre Marques da Silva
Matrícula.: 1841-4
Portaria 9.984/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45)**, destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial.

1.2. A contratação será realizada por **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com fornecimento sob demanda, durante o período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, conforme legislação vigente. Trata-se de aquisição de bem comum, amplamente disponível no mercado, cuja entrega deverá ocorrer diretamente nas unidades urbanas e rurais.

1.3. O quantitativo estimado e os valores de referência utilizados para esta contratação estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela – Itens que compõem o objeto

Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Estimada (Ano)	Valor Unitário	Valor total
1	Botijão de Gás GLP P-13 (13 kg)	Unidade	220	140,00	30.800,00
2	Botijão de Gás GLP P-45 (45 kg)	Unidade	120	334,00	40.080,00
Valor Total					70.880,00

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. O objeto deste Termo de Referência consiste no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg (P13) e 45 kg (P45), destinados ao uso nas cozinhas das unidades escolares e demais instalações vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ. Todos os produtos e recipientes deverão atender integralmente às normas técnicas brasileiras e às regulamentações expedidas pelos órgãos competentes.

2.1.1. Características Técnicas do Produto (GLP)

a) O GLP fornecido deverá ser composto por mistura de propano e butano, de acordo com as especificações definidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), devendo apresentar: pureza e composição química adequadas à queima eficiente; ausência de contaminantes sólidos ou líquidos; pressão interna compatível com os padrões de segurança estabelecidos em legislação específica.

b) O gás deverá permitir combustão limpa e estável, com rendimento adequado ao preparo de alimentos em cozinhas industriais, garantindo eficiência energética e redução de resíduos decorrentes da queima.

2.1.2. Os botijões entregues (P13 e P45) deverão obedecer rigorosamente aos seguintes requisitos:

- a) Certificação obrigatória pelo INMETRO, com selo de conformidade vigente e visível.
- b) Botijões fabricados conforme normas ABNT NBR 8460, NBR 8865, NBR 15514 e correlatas, garantindo: resistência estrutural; estanqueidade; durabilidade mínima esperada; segurança no acondicionamento e transporte do GLP.
- c) Os recipientes deverão conter, de forma legível e permanente: identificação do fabricante; número de série; data da última requalificação; prazo da próxima requalificação obrigatória.
- d) Os botijões devem apresentar-se em perfeito estado de conservação, isentos de: amassados significativos; corrosão; vazamentos; adulterações; soldas irregulares; desgaste que comprometa segurança e integridade.
- e) Os lacres deverão estar intactos e invioláveis, contendo numeração e marca do fornecedor, assegurando a rastreabilidade do produto.

2.2. O GLP deve garantir rendimento adequado ao uso contínuo em cozinhas de porte variado, devendo: proporcionar combustão uniforme nos queimadores dos fogões das unidades escolares; assegurar pressão adequada para funcionamento estável dos equipamentos; possuir constância de qualidade entre os lotes entregues; e oferecer padronização energética, compatível com as necessidades culinárias da merenda escolar.

2.3. A segurança no fornecimento e no manuseio é condição essencial do objeto. Assim, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) O fornecedor deve ser empresa autorizada pela ANP para comercialização/distribuição de GLP, apresentando documentação comprobatória.
- b) Os veículos de transporte devem atender às normas de segurança para produtos inflamáveis.
- c) A empresa fornecedora será responsável por: retirada dos botijões vazios; substituição imediata por unidades cheias; orientação técnica em caso de suspeita de vazamento ou anomalia; substituição de botijões com defeito sem ônus adicional ao Município.
- d) O GLP fornecido deve atender integralmente às resoluções, portarias e manuais técnicos da ANP, INMETRO, Corpo de Bombeiros e demais normas aplicáveis a produtos inflamáveis.
- e) Os botijões devem possuir vida útil dentro do prazo normativo, com requalificação dentro do intervalo máximo permitido (normalmente 15 anos, com inspeções periódicas).

f) As válvulas e dispositivos dos recipientes devem oferecer vedação perfeita, impedindo perda de pressão ou vazamentos.

g) Os recipientes entregues não poderão apresentar desgaste que antecipe substituição ou comprometa a segurança do ambiente escolar.

h) O fornecedor deverá manter registro de lote, data de envase e identificação de cada botijão entregue.

i) As entregas ocorrerão diretamente nas unidades escolares, incluindo zonas urbanas e rurais, garantindo: pontualidade; reposição conforme demanda; logística adequada para acesso às unidades.

2.4. Será obrigatória a logística reversa dos botijões vazios, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação encontra-se integralmente respaldada nos elementos constantes dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, juntados ao Processo Administrativo, os quais constituem a primeira etapa do planejamento da contratação, nos termos do art. 6º, XX, e do art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O Estudos Técnico Preliminar identificou e demonstrou de forma detalhada, a necessidade pública envolvida, evidenciando que o fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) é indispensável para assegurar a regularidade e a eficiência do serviço de alimentação escolar prestado nas unidades educacionais do Município de Cantagalo. O ETP também expõe o diagnóstico do problema, fundamentando que a ausência desse insumo compromete diretamente a execução da política pública de merenda escolar, afetando aspectos pedagógicos, nutricionais e sociais, especialmente daqueles alunos em situação de maior vulnerabilidade.

Além disso, realizou levantamento de mercado abrangente, analisando alternativas possíveis e comparando-as sob os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e logísticos. Após a análise das soluções disponíveis, concluiu-se pela viabilidade e superioridade técnica e operacional da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) como forma de contratação, por permitir abastecimento contínuo, entregas parceladas conforme demanda, maior economicidade e flexibilidade administrativa.

Assim, a fundamentação da presente contratação está plenamente amparada nas conclusões técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, documentos estes que demonstram a adequação, pertinência e necessidade do objeto, justificam a sua contratação e orientam a elaboração deste Termo de Referência. Dessa forma, resta evidenciada a conformidade do processo com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, assegurando que a solução proposta é a mais vantajosa para a Administração e para a comunidade escolar beneficiada.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

4.1. A solução a ser contratada consiste no fornecimento contínuo, seguro e certificado de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), para atendimento integral das necessidades operacionais das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo.

O ciclo de vida do objeto abrange todas as etapas relacionadas à produção, envase, certificação, transporte, entrega, uso, recolhimento, requalificação e destinação final dos recipientes, garantindo conformidade técnica, eficiência operacional, segurança e sustentabilidade.

4.2. O GLP fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas da ANP, com garantias de composição adequada, pureza, pressão compatível e desempenho energético necessário ao preparo de refeições em cozinhas escolares. Os recipientes deverão: ser certificados pelo INMETRO, com selo atualizado; possuir lacre inviolável; conter identificação legível do fabricante, número de série e data da última e próxima requalificação; estar livres de amassados, corrosão, vazamentos ou adulterações.

4.2.1. Esses requisitos constituem a primeira fase do ciclo de vida, garantindo que o GLP chegue às escolas com qualidade e segurança.

4.3. A contratada deverá possuir infraestrutura logística adequada, composta por veículos autorizados ao transporte de produtos inflamáveis, com equipamentos de segurança obrigatórios.

4.4. A solução contempla entregas sob demanda, diretamente nas unidades urbanas e rurais, com substituição imediata dos recipientes vazios por cheios, garantindo: continuidade do serviço de alimentação escolar; abastecimento emergencial quando necessário; regularidade operacional em todo o período letivo. Esta fase abrange a etapa de distribuição e suprimento, essencial à continuidade do serviço público.

4.5. Durante o uso, a solução prevê que os botijões fornecidos: apresentem desempenho adequado, com combustão uniforme e pressão compatível com fogões industriais; atendam aos requisitos de segurança previstos pela ANP, Corpo de Bombeiros e normas técnicas aplicáveis; permitam preparo eficiente da merenda escolar e demais atividades institucionais que utilizam GLP.

4.5.1. A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitado, orientações técnicas relacionadas ao manuseio seguro, troca correta dos botijões e identificação de anomalias.

4.6. Conforme determina o ciclo de vida do produto e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratada será responsável por: realizar a logística reversa completa, recolhendo todos os recipientes vazios; garantir a requalificação periódica dos botijões, conforme prazos do INMETRO; destinar adequadamente botijões inservíveis, evitando descarte irregular. Essa etapa é fundamental para a sustentabilidade material e ambiental da contratação.

4.7. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá manter: atendimento emergencial em caso de suspeita de vazamento ou irregularidade; substituição imediata de botijões defeituosos; cumprimento das normas de transporte, envase e armazenamento; Esses elementos compõem a fase de suporte técnico e manutenção do ciclo de vida.

4.8. Ao término da vigência contratual ou da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá:

- a) recolher eventuais recipientes sob sua responsabilidade;
- b) garantir que não haja botijões vencidos ou irregulares nas escolas;
- c) assegurar que toda a documentação fiscal, ambiental e de conformidade esteja devidamente regularizada.

4.9. A solução como um todo contempla **todo o ciclo de vida do objeto**, desde a produção até a destinação final, garantindo: conformidade regulatória; eficiência energética; segurança para alunos e servidores; logística adequada às realidades urbana e rural; sustentabilidade e responsabilidade pós-consumo; continuidade do serviço público essencial de alimentação escolar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, de segurança e sustentabilidade necessários ao adequado fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) às unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, conforme detalhamento a seguir.

5.1.1. Serão exigidas garantias relativas à qualidade, segurança e conformidade técnica do GLP e dos recipientes fornecidos, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar e nas normas da ANP e do INMETRO. O fornecedor deverá garantir que:

- a) todo GLP entregue atende integralmente às especificações técnicas e de pureza previstas pela ANP;
- b) os botijões P13 e P45 estejam certificados pelo INMETRO, com selo atualizado e lacre inviolável;
- c) os recipientes estejam dentro do ciclo de vida útil normativo, com requalificação dentro do prazo obrigatório;
- d) quaisquer recipientes que apresentem irregularidades, vazamentos, danos estruturais ou suspeita de adulteração deverão ser imediatamente substituídos, sem ônus ao Município;
- e) seja assegurada a rastreabilidade dos recipientes e lotes entregues.

5.2. Poderá ser exigida da futura contratada a prestação de garantia de execução contratual, com fundamento nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, como medida destinada a assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas e a continuidade regular do fornecimento do GLP, insumo essencial às atividades de alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino.

5.2.1. A garantia destina-se a resguardar a Administração contra eventuais riscos de inadimplemento, interrupção do abastecimento, entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas, ou qualquer falha que comprometa a segurança das unidades escolares ou a prestação do serviço público. Essa medida se justifica pela natureza essencial do objeto, pelo risco inerente ao

fornecimento de produto inflamável e pela necessidade de atendimento regular às unidades urbanas e rurais do Município.

5.2.2. O valor da garantia, quando exigida, será fixado no edital, limitado a até 5% do valor estimado da contratação, podendo ser majorado mediante justificativa técnica em razão de risco específico associado ao objeto. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual, inclusive prorrogações, devendo ser renovada sempre que houver extensão de prazo.

5.2.3. Em caso de inadimplemento contratual, a Administração poderá proceder à execução da garantia para ressarcimento de danos, cobertura de despesas decorrentes de fornecimentos emergenciais ou compensação de prejuízos decorrentes da descontinuidade do abastecimento. A devolução da garantia ocorrerá somente após o cumprimento integral das obrigações contratuais e emissão do termo de recebimento definitivo.

5.3. A contratada deverá manter condições plenas de assistência técnica e operacional durante toda a vigência da ata e dos contratos dela decorrentes, devendo:

- a) orientar servidores sobre o manuseio correto dos recipientes sempre que solicitado;
- b) substituir imediatamente recipientes com vazamentos, defeitos, vencimento de requalificação ou anomalias;
- c) disponibilizar atendimento emergencial para situações de risco ou falhas graves nos recipientes entregues.

5.4. A contratação deverá observar medidas de sustentabilidade socioambiental, incluindo:

- a) utilização de botijões certificados e em pleno estado de conservação, reduzindo risco de descartes irregulares;
- b) cumprimento da logística reversa, com recolhimento obrigatório de todos os recipientes vazios;
- c) atendimento às normas de segurança que evitam vazamentos, explosões ou emissões desnecessárias;
- d) estímulo ao uso eficiente do GLP e à manutenção adequada dos equipamentos escolares, reduzindo o consumo energético;
- e) conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as regras da ANP e do INMETRO sobre requalificação e reaproveitamento de botijões.

5.5. Não será necessária a realização de vistoria técnica prévia nas unidades escolares para participação no certame, uma vez que o fornecimento de GLP em botijões P13 e P45 é prática comercial amplamente padronizada, não exigindo conhecimento específico das instalações como condição para formulação das propostas.

5.5.1. Entretanto, recomenda-se que a contratada mantenha condições logísticas adequadas para atender às particularidades geográficas e de acesso de algumas unidades rurais, conforme estabelecido no ETP.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do contrato deverá observar estritamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando a regularidade do fornecimento de GLP às unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ. A execução será orientada pelos tópicos a seguir.

6.1.1. A execução do objeto deverá ser iniciada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento, pela contratada, da Nota de Empenho ou documento equivalente.

6.1.2. O não início injustificado dentro desse prazo caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a empresa às sanções previstas em lei.

6.1.3. Os pagamentos serão realizados com base na quantidade efetivamente fornecida, conforme solicitações e comprovantes de entrega emitidos pelo Fiscal do Contrato.

6.1.4. A execução deverá seguir rotinas padronizadas para assegurar regularidade, segurança e qualidade do fornecimento:

a) As entregas ocorrerão sob demanda, mediante solicitação formal emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

b) O pedido deverá ser atendido preferencialmente no mesmo dia, e obrigatoriamente em até 24 horas, salvo motivos devidamente justificados.

c) A contratada deverá obedecer aos seguintes procedimentos: entregar botijões P-13 e P-45 lacrados, certificados pelo INMETRO, dentro do prazo de requalificação; realizar a substituição imediata dos recipientes vazios pelos recipientes cheios; conferir, no ato da entrega, que os recipientes apresentam: ausência de vazamentos; válvula íntegra; lacre inviolado; data de requalificação válida; e inexistência de amassados ou corrosão;

d) retirar todos os botijões vazios no mesmo ato da entrega, cumprindo integralmente a logística reversa;

e) atender emergências (falta de gás, eventos inesperados, aumento de demanda) com prioridade e deslocamento imediato.

f) O fornecimento será contínuo, seguindo o período de entrega previsto pela Secretaria Municipal de Educação, conforme suas demandas.

g) A contratada deverá manter estoque suficiente para atender às solicitações do Município sem atrasos.



Proc: _____ Fl _____

Func: _____

6.2. Os serviços de entrega deverão ocorrer nos seguintes locais:

Secretaria Municipal de Educação

Rua Leontino Felipe Richa, nº 154, Centro – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98164-8972

Escola Municipal Augusto Thomaz

Avenida Jornalista José Naegle, s/n, Gavião Novo (Cantelmo) – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-4972

Escola Municipal Alcides Afonso Carvalhaes

RJ 170 (Cantagalo x São Sebastião do Paraíba), Bairro Novo Horizonte – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-7484

Escola Municipal Antônio Raposo

Rua Cândida Vieira dos Santos, s/n, Boa Sorte – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-7300

Escola Municipal Coronel Manoel Marcelino de Paula

Rua São Sebastião do Paraíba, nº 42, São Sebastião do Paraíba, Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98102-8816

Escola Municipal Dacyr José Ribeiro

Rua Azzer Ribeiro, s/n, Bairro São José – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98121-5672

Escola Municipal Elestar Caetano Mendes

Rua Djalma Beda Coube, s/n, Maravilha – Euclidelândia - Cantagalo/RJ, TEL: (22) 981015897

Escola Municipal Lameira de Andrade

Rua Dr. Cássio Passos Barreto, nº 111, Centro – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-2516

Escola Municipal Professora Lúcia Helena Pinheiro do Couto

Rua José Estebanez, s/n, Santa Rita da Floresta - Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-6074

Escola Municipal Maria Bellieni D'Oliveira

RJ 160, Bairro Santo Antônio – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-5009

Creche Escola Municipal Prefeito Geraldo Pires Guimarães

Rua Azer Ribeiro, parte alta do Bairro São José – Cantagalo/RJ, TEL: (22) 98101-6345

6.2.1. O fornecedor deverá dispor de logística própria e estrutura operacional capaz de atender prontamente as necessidades, garantindo pontualidade e reposição imediata dos botijões vazios por cheios.

6.2.2. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário de 9h às 16h.

6.2.3. Em casos emergenciais (falta total de abastecimento ou risco à continuidade da alimentação escolar), poderão ser requisitadas entregas fora do horário, o que deverá ser atendido pela contratada.

6.3. A contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional à Administração, todos os materiais indispensáveis à execução segura e regular do objeto, incluindo: botijões P-13 e P-45 certificados pelo INMETRO, dentro do prazo de requalificação; lacres invioláveis, com marca e numeração rastreável; documentação fiscal e de conformidade técnica de cada lote entregue; equipamentos de segurança necessários ao transporte de GLP; veículos apropriados ao transporte de gás inflamável.

6.4. Todas as entregas e rotinas operacionais serão acompanhadas pelo Fiscal do Contrato, que verificará a conformidade técnica, prazos, quantidade e segurança dos recipientes fornecidos.

6.5. Quaisquer irregularidades deverão ser registradas e comunicadas imediatamente à contratada para correção.

6.6. A execução deverá assegurar: fornecimento contínuo e ininterrupto do GLP; inexistência de falhas que comprometam a alimentação escolar; plena conformidade técnica e segurança dos botijões; logística eficiente, inclusive para unidades rurais; atendimento rápido a demandas emergenciais; observância dos padrões de qualidade e das normas do INMETRO e ANP.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato decorrente desta contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, transparência e controle, sendo conduzida conforme o modelo de gestão previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

7.2. Haverá a designação formal de um Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que atuará de forma direta e sistemática no acompanhamento da execução.

7.2.1. Compete ao Fiscal: verificar a conformidade técnica dos produtos entregues; acompanhar prazos, quantidades e condições de entrega do GLP; registrar ocorrências, inconformidades e intercorrências operacionais; notificar a contratada sobre irregularidades constatadas;

7.2.2. O Fiscal do Contrato será o responsável direto pela verificação da execução e pela comprovação do cumprimento integral do objeto.

7.3. A contratada deverá indicar, no prazo estabelecido no edital, um preposto formalmente responsável, com poderes suficientes para representá-la durante a execução contratual.

7.3.1. Compete ao Preposto: atuar como interlocutor direto com o Fiscal do contrato; receber notificações administrativas; apresentar soluções imediatas para ocorrências no fornecimento; comparecer às unidades quando convocado; garantir o atendimento ágil de demandas emergenciais.

7.3.2. A ausência ou insuficiência da atuação do Preposto poderá caracterizar falha na execução contratual.

7.4. Durante toda a vigência contratual, a Administração realizará a verificação periódica da manutenção das condições de habilitação, especialmente: regularidade fiscal; regularidade trabalhista e previdenciária; de autorização da ANP para comercialização e distribuição de GLP; manutenção da qualificação técnica e operacional exigida no certame; certificações obrigatórias de segurança e conformidade.

7.4.1. A perda de qualquer condição de habilitação poderá ensejar: suspensão de fornecimentos; aplicação de sanções; eventual rescisão contratual.

7.5. Todo ato relacionado à execução contratual deverá ser registrado formalmente pelo Fiscal, constando em relatório próprio.

7.8. Cabe ao Gestor e ao Fiscal identificar riscos à continuidade da prestação do serviço e adotar, em conjunto com a contratada, as medidas corretivas necessárias.

7.8.1. Ocorrências como atraso na entrega, irregularidades técnicas ou violação de normas de segurança deverão ser imediatamente registradas e comunicadas à contratada para adequação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A medição, o recebimento e o pagamento do objeto contratado deverão observar os procedimentos e prazos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como as condições abaixo especificadas.

8.1.1. Cada entrega deverá ser acompanhada de comprovante de entrega, contendo descrição do item, quantidade, data, horário, unidade atendida e identificação do preposto da contratada.

8.1.2. O Fiscal registrará em sistema próprio, planilha ou documento equivalente todas as entregas para fins de controle, medição e atesto.

8.2. Os serviços (fornecimentos) serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias.

8.2.1. O recebimento provisório ocorrerá após verificação do cumprimento das especificações técnicas, condições de segurança, integridade dos recipientes, certificações e documentação fiscal.

8.1.3. O Fiscal poderá rejeitar total ou parcialmente a entrega caso identifique inconformidades, determinando a substituição imediata dos botijões irregulares.

8.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

8.1.7. A etapa de recebimento definitivo observará: a verificação da quantidade efetivamente entregue; a conferência da qualidade técnica, certificações e prazos de requalificação; a análise da documentação fiscal e conformidade administrativa. A aceitação definitiva do fornecimento ficará condicionada à ausência de pendências técnicas.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade civil, administrativa ou técnico-profissional pela solidez, segurança e perfeita execução do objeto.

8.2.1. Caso sejam detectados vícios ocultos, irregularidades ou não conformidades após o recebimento, a contratada será obrigada a realizar substituições, correções ou ressarcimentos, sem qualquer ônus para a Administração.

8.3. Após o recebimento provisório e confirmação das quantidades fornecidas, a empresa deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao fornecimento realizado.

8.3.1. A Nota Fiscal deverá refletir exatamente os valores e quantidades atestados pela fiscalização, sendo vedada a cobrança de itens não fornecidos ou quantidades divergentes.

8.3.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue ao setor competente ou enviada pelo meio oficial indicado pela Administração.

8.3. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contado a partir do atesto da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

8.3.1. O atesto ocorrerá somente após verificação documental e confirmação da conformidade técnica da entrega.

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante débito em banco, agência e conta corrente indicada pela contratada no processo administrativo. 9.1. A Administração não se responsabiliza por atrasos decorrentes de informações bancárias incorretas fornecidas pela contratada.

8.5. São condições indispensáveis para o pagamento:

- a) apresentação da Nota Fiscal devidamente correta e atestada;
- b) regularidade da contratada junto ao SICAF (quando aplicável) e demais certidões exigidas;
- c) inexistência de pendências técnicas que impeçam o recebimento definitivo;
- d) cumprimento das cláusulas contratuais e das normas de segurança previstas.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor dar-se-á mediante a realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, em conformidade com os arts. 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

9.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de forma objetiva e transparente, considerando a estrutura do **Sistema de Registro de Preços**. O julgamento será realizado com base exclusivamente nos preços ofertados, desde que compatíveis com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou acima do valor de referência estimado; não atenderem às especificações técnicas e condições de fornecimento; deixarem de apresentar documentos exigidos para a habilitação ou demonstrarem incompatibilidade de informações.

9.3.1. Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, priorizando-se as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o Estatuto da MPE (Lei Complementar nº 123/2006).

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada a verificação da autenticidade no sítio <https://gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

f) Sociedade cooperativa: Ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

g) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa;

h) Demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinadas por contador registrado no CRC, que comprovem índices de liquidez e solvência compatíveis com as obrigações do contrato;

i) Caso exigido, garantia de proposta no percentual máximo de 1% (um por cento) do valor estimado do lote, conforme art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

j) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de produtos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;

l) O CNPJ da empresa que fornecerá o material deverá conter CNAE correspondente ao objeto da contratação.

m) 6.1.3 Apresentar certificado de autorização Revendedor de GLP emitido pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6. Para fins de habilitação fiscal social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida da Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.7. A Administração poderá solicitar esclarecimentos e documentos adicionais sempre que necessário à comprovação da habilitação.

9.7.1. A falta de qualquer documento exigido ou a apresentação de documento vencido ou ilegível poderá implicar inabilitação do licitante.

9.8. O resultado do julgamento será publicado no sistema eletrônico e homologado pela autoridade competente, que autorizará a assinatura da Ata de Registro de Preços e do contrato correspondente.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor desta contratação foi elaborada com base na Pesquisa de Preços realizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que utilizou como parâmetros:

a) consultas a fornecedores locais e regionais de GLP;

b) cotações atualizadas obtidas por telefone e e-mail;

- c) valores praticados pelo mercado varejista; e
d) referências disponíveis em fontes oficiais e registros anteriores da Administração.

10.2. A metodologia adotada observou as boas práticas estabelecidas pela Instrução Normativa vigente e pelos órgãos de controle, priorizando valores recentes, acessíveis e comparáveis entre si.

10.2.1. A memória de cálculo considerou: consumo histórico das unidades educacionais da Rede Municipal; estimativa anual de 220 unidades de botijões P-13 e 120 unidades de botijões P-45; preços unitários médios apurados nas pesquisas de mercado; ausência de fretes adicionais ou encargos extra contratuais, pois o fornecimento deve ser entregue nas unidades, conforme condições do TR; cálculo final pelo produto entre quantidade estimada x preço unitário, resultando no valor total por item e no somatório global.

10.3. Com base na pesquisa de preços, foram apurados os seguintes valores médios de referência:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Total Estimado (R\$)
1	Botijão de GLP P-13 (13 kg)	Unidade	220	R\$ 140,00	R\$ 30.800,00
2	Botijão de GLP P-45 (45 kg)	Unidade	120	R\$ 334,00	R\$ 40.080,00
—	TOTAL GERAL ESTIMADO	—	340 unidades	—	R\$ 70.880,00

10.4. O valor global estimado para a contratação, considerando o somatório dos itens e suas quantidades anuais, é de **R\$ 70.880,00 (setenta mil oitocentos e oitenta reais)**.

10.5. A estimativa acima representa o melhor valor de referência para o planejamento da contratação, sendo utilizada exclusivamente como parâmetro para fixação do valor estimado e para fins de análise de vantajosidade das propostas no certame. Ressalta-se que os valores finais da contratação estarão sujeitos ao resultado competitivo do Pregão Eletrônico, podendo ser reduzidos em função da disputa de preços. A estimativa cumpre função de planejamento, não constituindo preço máximo automático, salvo disposição expressa do edital.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias por onde ocorrerão as despesas são:

SECRETARIA	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE	FICHA
10030	10030.1236130012.012	339030	150100	284
10030	10030.1236530052.018	339030	150100	371
10030	10030.1236530052.021	339030	150100	430

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. A contratada estará sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, caso pratique infrações relacionadas à execução do contrato ou às obrigações assumidas, observando-se sempre o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. As penalidades previstas neste item têm caráter punitivo e pedagógico, com o objetivo de assegurar a fiel execução contratual, a integridade administrativa e o interesse público.

12.2. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas praticadas pela contratada:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato, injustificada ou por descumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, edital ou contrato;
- b) Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas, amostras aprovadas ou padrões de qualidade exigidos;
- c) Atraso injustificado na entrega dos uniformes, descumprindo prazos estabelecidos para fornecimento, substituição ou correção de inconformidades;
- d) Recusa ou omissão na substituição de itens defeituosos, danificados ou rejeitados pela Administração;
- e) Fraude na execução contratual, como substituição indevida de materiais, falsificação de documentos ou adulteração de amostras;
- f) Inobservância das condições de habilitação, perda da regularidade fiscal, trabalhista ou cadastral durante a vigência contratual;
- g) Conduta desidiosa, negligente ou omissiva que comprometa a qualidade, segurança ou padronização dos uniformes fornecidos;
- h) Obstrução ou descumprimento das ordens do fiscal ou gestor do contrato;
- i) Comportamento inidôneo, conluio ou práticas anticompetitivas em relação a outros licitantes ou agentes públicos.

12.3. As sanções aplicáveis, isolada ou cumulativamente, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estão previstas nos arts. 156 a 159 da Lei 14.133/2021.

12.4. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa, conforme art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.1. A contratada será previamente notificada por meio eletrônico ou escrito, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa ou justificativa.

12.4.2. A decisão administrativa será fundamentada, devendo conter a descrição do fato, a tipificação da infração e a sanção aplicada.

12.4.3. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou em cadastro próprio do Município de Cantagalo/RJ, conforme art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.4. Quando possível, a Administração poderá converter a penalidade em advertência com obrigação de corrigir o dano ou cumprir a obrigação, desde que não haja reincidência ou má-fé.

12.5. O fornecedor penalizado poderá requerer reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração;
- b) Cumprimento integral das penalidades aplicadas; e
- c) Adoção de medidas efetivas de integridade e conformidade (compliance), quando aplicável.

12.5.1. O pedido será analisado pela autoridade competente, mediante parecer da assessoria jurídica.

12.6. A aplicação de sanções não exime a contratada da responsabilidade civil, penal ou trabalhista pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

12.6.1. As penalidades impostas poderão ser anotadas no histórico contratual da empresa, servindo como critério de avaliação em futuras licitações e contratações públicas.

12.6.2. A reincidência de infrações poderá ensejar agravamento das penalidades e, nos casos mais graves, a rescisão unilateral do contrato, conforme o art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Cantagalo, 19 de dezembro de 2025.

FABIANNA MOLIN PACHECO
Secretária Municipal de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Objeto proposto: Aquisição de Gás de Cozinha para atender a Secretaria Municipal de Educação e confecção de Merenda Escolar das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, no período de 12 (doze) meses.

Unidade destinatária: Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ

Previsão da contratação no PCA: Sim

Responsável pela elaboração: Kathleen Silva da Rocha – matrícula: 5074-1

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso I: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A presente contratação tem por objeto a aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP – gás de cozinha), de 13 e 45kg, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

A necessidade decorre da continuidade das atividades educacionais e da manutenção do fornecimento de alimentação escolar, serviço essencial garantido aos alunos matriculados na rede pública municipal, conforme determina a Lei Federal nº 11.947/2009 e as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O gás de cozinha é insumo indispensável para o preparo diário das refeições, sendo utilizado nas cozinhas das escolas e creches. Sua ausência comprometeria diretamente o fornecimento de alimentação adequada aos estudantes, gerando prejuízos pedagógicos, nutricionais e sociais, especialmente para os alunos em situação de vulnerabilidade.

Além da função educacional, a Secretaria Municipal de Educação mantém também atividades administrativas e de apoio logístico que dependem do uso contínuo desse insumo, seja para preparo de alimentos em eventos institucionais, capacitações ou ações intersetoriais com outras secretarias.

Dessa forma, a contratação visa assegurar a regularidade e eficiência dos serviços públicos de alimentação escolar, atendendo ao princípio da continuidade do serviço público e ao interesse coletivo. Trata-se, portanto, de aquisição essencial ao funcionamento das unidades escolares, à promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos e à efetividade das políticas públicas educacionais do Município de Cantagalo.

II – LEVANTAMENTO DE MERCADO

, inciso V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

II.1 – Alternativas disponíveis

Aquisição de botijões de gás P13 ou P45 com recarga periódica:

Vantagens: apresenta ampla disponibilidade no mercado local, permitindo rápida reposição e atendimento imediato em todas as unidades escolares. O sistema é simples, seguro e compatível com a infraestrutura já existente nas cozinhas municipais, dispensando investimentos adicionais em obras ou equipamentos. O custo de implantação é reduzido, e a logística de substituição é facilmente executada pelos servidores das unidades, garantindo continuidade no preparo da merenda escolar.

Desvantagens: exige acompanhamento mais frequente do consumo e controle de estoque descentralizado, pois a troca dos botijões ocorre de forma individual em cada escola. Também há necessidade de transporte interno entre unidades em situações emergenciais, o que requer planejamento operacional adequado.

Fornecimento contínuo com comodato de cilindros e/ou central de gás (sistema a granel):

Vantagens: oferece maior capacidade de armazenamento, reduz o número de trocas e proporciona maior autonomia de abastecimento, com fornecimento programado por caminhões a granel. O sistema tende a reduzir interrupções no fornecimento e pode ser mais seguro em ambientes de grande demanda, desde que as instalações atendam às normas da ANP e do Corpo de Bombeiros.

Desvantagens: demanda investimento inicial elevado em infraestrutura e adaptações estruturais nas unidades, incluindo abrigos de cilindros, tubulações e dispositivos de segurança. A implantação seria economicamente inviável e desproporcional à realidade das escolas municipais, que possuem cozinhas de pequeno e médio porte, além de estarem distribuídas em diferentes localidades, dificultando a logística do abastecimento a granel.

Aquisição por adesão a ata de registro de preços de outro ente público:

Vantagens: possibilita economia de escala e celeridade processual, aproveitando licitação já realizada por outro órgão público, desde que atendidos os requisitos legais previstos no art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Pode reduzir custos administrativos e agilizar a contratação, especialmente quando o preço registrado se mostrar vantajoso e o fornecedor tiver capacidade logística para atender ao município.

Desvantagens: depende da compatibilidade do objeto e das condições da ata com a necessidade específica da Secretaria de Educação. Há risco de dificuldades logísticas e atraso nas entregas caso o fornecedor esteja sediado em outro município. Além disso, eventual descontinuidade ou encerramento da ata comprometeria o fornecimento, afetando a regularidade do serviço público.

Utilização do Sistema de Registro de Preços próprio do Município de Cantagalo:

Vantagens: proporciona padronização das aquisições, planejamento integrado de consumo e redução de custos por meio de economia de escala, assegurando competitividade entre os fornecedores locais. O SRP permite contratações futuras sem necessidade de novo procedimento licitatório, dentro da vigência da ata, o que garante agilidade e flexibilidade administrativa. Além disso, favorece o controle orçamentário e a previsibilidade das despesas.

Desvantagens: demanda planejamento prévio mais detalhado e acompanhamento contínuo das quantidades contratadas e consumidas, sob pena de desequilíbrio entre a previsão e o consumo real. Caso não haja adesão suficiente dos órgãos municipais, o volume contratado pode ser menor que o ideal, reduzindo a competitividade e os ganhos de escala esperados.

II.2 – Justificativa da alternativa escolhida

Após análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** representa a solução mais adequada e vantajosa para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo e das unidades escolares quanto ao fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP).

O SRP permite a realização de uma licitação abrangente, com registro de preços unitários válidos por até doze meses, possibilitando aquisições de forma parcelada, conforme a demanda real das escolas. Essa característica assegura maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, evitando desperdícios, armazenamentos excessivos e riscos de vencimento de prazos de validade do produto.

O sistema garante também agilidade na reposição do gás, uma vez que as contratações decorrentes da ata são imediatas e dispensam a repetição de novos procedimentos licitatórios, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

Sob o ponto de vista operacional, o SRP permite que o fornecimento seja realizado por empresas devidamente credenciadas e instaladas no próprio município ou região, o que facilita a logística de entrega, reduz custos de transporte e assegura abastecimento constante nas unidades escolares, inclusive em situações emergenciais.

Do ponto de vista jurídico, o Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que conferem flexibilidade e previsibilidade às contratações públicas, desde que observados os limites quantitativos e o planejamento prévio da demanda.

Portanto, a adoção do Sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa que melhor concilia economia, eficiência e segurança no fornecimento de gás de cozinha, garantindo o atendimento contínuo das necessidades da alimentação escolar e o pleno funcionamento das atividades educacionais do Município de Cantagalo.

III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Fundamento: art. 6º, XX e art. 18, § 1º, inciso IV. Deve conter descrição do objeto, quantidade e demais informações necessárias para discriminar a solução a ser contratada. Fazer referência a anexo com memórias de cálculo e documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, se for o caso.

A solução proposta consiste na aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), envasado em botijões de 13 kg (P13) e 45 kg (P45), conforme as necessidades operacionais das unidades escolares e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo. O fornecimento será realizado de forma parcelada e contínua, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com entregas sob demanda e reposição imediata em caso de necessidade emergencial.

O objeto deverá atender aos padrões de qualidade e segurança exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), observando-se as normas técnicas aplicáveis ao envase, transporte e armazenamento do produto. Os recipientes devem ser certificados, possuir lacres de segurança e selo de conformidade, garantindo o fornecimento de gás dentro dos parâmetros de pureza e pressão especificados pela legislação vigente.

As entregas serão realizadas diretamente nas escolas, creches e demais unidades, localizadas tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretaria de Educação. O fornecedor deverá disponibilizar logística própria de transporte, assegurando pontualidade e segurança na substituição dos botijões, inclusive recolhendo os recipientes vazios.

A finalidade da contratação é assegurar o pleno funcionamento do serviço de alimentação escolar, indispensável ao processo pedagógico e ao cumprimento do direito constitucional à educação e à alimentação adequada. O público-alvo beneficiado abrange todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino, professores e demais servidores que utilizam a estrutura das cozinhas escolares.

A solução proposta busca, portanto, garantir o abastecimento contínuo de gás de cozinha em todas as unidades educacionais, com eficiência, segurança e economicidade, sustentando o funcionamento regular das atividades de preparo de merenda e outras ações institucionais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo.

A estimativa da quantidade de gás liquefeito de petróleo (GLP) a ser contratada será realizada com base em critérios de consumo histórico e projeção de demanda futura, considerando as especificidades operacionais das unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo.

Inicialmente, será levantado o consumo médio mensal de cada unidade nos últimos doze meses, por meio de registros de fornecimento anteriores, ou relatórios internos de controle de merenda escolar. Essa média permitirá identificar o padrão de consumo real, ajustado às particularidades de cada escola, como número de alunos atendidos, porte da cozinha, frequência das refeições e regime de funcionamento (integral ou parcial).

Em seguida, será aplicado um fator de correção para contemplar eventuais variações sazonais — como aumento da demanda em períodos letivos de maior permanência dos alunos ou ampliação de programas de alimentação escolar — e possíveis expansões de rede, como novas turmas ou unidades em funcionamento.

A projeção final das quantidades será consolidada em planilha, discriminando os volumes anuais estimados por tipo de botijão (P13 e P45). Esse levantamento será validado pela equipe técnica da Secretaria de Educação e servirá de base para a elaboração do termo de referência e do mapa de quantidades do Sistema de Registro de Preços.

Tal metodologia assegura que a estimativa seja realista, fundamentada em dados concretos e compatível com o planejamento orçamentário, garantindo a adequada previsão do consumo e evitando tanto o desabastecimento quanto a aquisição excessiva do produto.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base na média histórica de consumo das unidades escolares e na projeção das necessidades para o exercício anual, conforme metodologia previamente descrita neste Estudo Técnico Preliminar. Considerou-se o padrão de funcionamento das unidades, o número de refeições fornecidas diariamente, a distribuição geográfica das escolas e o uso contínuo do GLP para preparo da merenda escolar.

1. Quantitativos anuais estimados

Com base nas informações levantadas, definiu-se o consumo anual estimado para cada tipo de botijão:

- Botijão P-13: **220 botijões/ano**
- Botijão P-45: **120 botijões/ano**

2. Estruturação da memória de cálculo

a) Identificação das unidades consumidoras: O consumo foi distribuído considerando as cozinhas escolares da rede municipal, incluindo creches, escolas de educação infantil, ensino fundamental, EJA e setores administrativos que utilizam GLP para preparo de refeições em eventos ou ações institucionais.

b) Consumo médio mensal por tipo de botijão

A partir do total anual estimado:

- P-13: 220 unidades / 12 meses \approx **18,33 unidades/mês**
- P-45: 120 unidades / 12 meses \approx **10 unidades/mês**

A Administração utilizará valores inteiros para fins operacionais

- P-13: **19 unidades/mês** (média operacional)
- P-45: **10 unidades/mês**

Esses valores garantem margem mínima para oscilações sazonais e eventual aumento de consumo pontual.

c) Justificativa da proporção entre P-13 e P-45

A proporção entre os tipos de botijões reflete:

- A capacidade instalada das escolas (porte da cozinha, tipo de fogão).
- Unidades maiores, com fogões de maior consumo, tendem a utilizar botijões P-45.
- Unidades menores e setores administrativos utilizam majoritariamente P-13.
- A distribuição considera tanto a zona urbana quanto unidades rurais, que apresentam perfis distintos de utilização.

d) Compatibilidade com o histórico de consumo

Os quantitativos estimados mantêm coerência com o consumo anual registrado nos anos anteriores ajustados para:

- Crescimento do número de matrículas.
- Ampliação ou funcionamento integral de determinadas unidades.
- Melhorias na estrutura física das cozinhas que impactam a eficiência no uso do GLP.

e) Reserva técnica mínima operacional

Para assegurar continuidade do abastecimento e evitar interrupção da merenda escolar, considerou-se margem técnica distribuída ao longo dos meses. O cálculo foi incorporado ao arredondamento das médias mensais.

3. Consolidado da estimativa de consumo anual

Item	Tipo de Botijão	Quantidade Estimada (unidades/ano)
1	P-13 (13 kg)	220 unidades
2	P-45 (45 kg)	120 unidades
Total Geral	—	340 unidades anuais

Resultado da memória de cálculo

A projeção total de 340 botijões por ano representa estimativa realista e suficiente para suprir de forma contínua e segura as necessidades das unidades escolares da Rede Municipal de Educação de Cantagalo. Esses quantitativos servirão de base para elaboração do Termo de Referência e composição do Mapa de Quantidades do Sistema de Registro de Preços.

IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso III - requisitos da contratação.

A contratação deverá observar os requisitos técnicos e normativos que assegurem a qualidade, a segurança e a conformidade do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) às unidades escolares e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo.

Todo o gás a ser fornecido deverá estar adequadamente acondicionado em botijões certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), **contendo** selo de conformidade e lacre de segurança inviolável, conforme os padrões estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Essa certificação garante que os recipientes atendem aos requisitos de qualidade, resistência, estanqueidade e segurança previstos nas normas técnicas brasileiras.

Os botijões deverão apresentar-se em perfeito estado de conservação, sem amassados, corrosão, vazamentos ou indícios de adulteração, devendo constar de forma legível a identificação do fabricante, o número de série e o prazo de requalificação conforme a regulamentação vigente. O produto deverá estar acompanhado de documentação fiscal e de conformidade que permita a rastreabilidade do lote entregue.

O fornecedor deverá possuir autorização da ANP para comercialização e distribuição de GLP, bem como comprovar regularidade junto ao INMETRO e aos órgãos de segurança e vigilância sanitária, garantindo que o fornecimento ocorra dentro dos parâmetros legais e das normas de segurança aplicáveis.

As entregas deverão ocorrer mediante solicitação formal da Secretaria de Educação, de forma parcelada e contínua, diretamente nas unidades escolares da zona urbana e rural, com substituição imediata dos recipientes vazios por cheios, assegurando a continuidade do serviço de alimentação escolar.

O atendimento às exigências de certificação do INMETRO constitui requisito essencial de habilitação técnica e condição de recebimento do produto, de modo a preservar a integridade física dos servidores e alunos, bem como garantir o uso de gás de cozinha dentro dos padrões de segurança e qualidade exigidos pela legislação federal.

V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução a ser contratada consiste no fornecimento contínuo e parcelado de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg (P13) e 45 kg (P45), devidamente certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Os recipientes deverão apresentar selo de conformidade, lacre de segurança inviolável e identificação legível do fabricante, número de série e prazo de requalificação, em estrita observância às normas técnicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e demais regulamentações aplicáveis.

O fornecedor deverá ser empresa autorizada pela ANP para comercialização e distribuição de GLP, mantendo plena regularidade fiscal, técnica e operacional. Todos os botijões entregues deverão estar em perfeito estado de conservação, sem sinais de corrosão, amassados ou adulterações, devendo garantir estanqueidade e integridade física dos recipientes. A empresa deverá assegurar, ainda, a rastreabilidade dos produtos entregues, por meio de documentação fiscal adequada e informações que permitam identificar o lote e a origem do gás fornecido.

As entregas serão realizadas de acordo com demanda emitida pela Secretaria Municipal de Educação, diretamente nas escolas, creches e unidades administrativas situadas tanto na área urbana quanto na zona rural. A logística deverá contemplar transporte seguro, pontualidade na reposição e substituição imediata dos botijões vazios por cheios, evitando interrupções no preparo da merenda escolar. Em situações de emergência ou aumento abrupto do consumo, o fornecedor deverá possuir estrutura capaz de atender prontamente às solicitações, garantindo a continuidade dos serviços públicos educacionais.

O objeto contratado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, tais como transporte, seguro, encargos trabalhistas, tributos e demais despesas inerentes à atividade, vedada qualquer cobrança adicional ao Município. O fornecedor deverá disponibilizar atendimento técnico imediato em caso de identificação de vazamentos, defeitos ou qualquer anormalidade nos recipientes entregues, responsabilizando-se por sua substituição e pelos procedimentos de segurança cabíveis.

Dessa forma, a solução contempla não apenas a aquisição do gás de cozinha, mas também um conjunto de requisitos de qualidade, segurança, conformidade regulatória e eficiência logística que garantem abastecimento contínuo e seguro das unidades escolares, assegurando o pleno funcionamento do serviço de alimentação escolar e a proteção de alunos, servidores e instalações públicas.

VI – PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

A Administração deverá adotar um conjunto de providências destinadas a assegurar a adequação do objeto, a conformidade com a legislação vigente e a segurança no fornecimento do gás liquefeito de petróleo (GLP) às unidades escolares da rede municipal. Tais providências visam garantir que a contratação atenda plenamente aos requisitos técnicos estabelecidos e que as condições de recebimento e armazenagem sejam compatíveis com as normas regulatórias aplicáveis.

No âmbito administrativo, é necessário verificar a regularidade documental do futuro fornecedor, certificando-se de que a empresa candidata à contratação possui autorização vigente da ANP para revenda ou distribuição de GLP, além de comprovação de atendimento aos requisitos de conformidade do INMETRO. Tal conferência deverá incluir licenças, cadastros e comprovantes de situação regular nos órgãos reguladores, a fim de evitar riscos operacionais e jurídicos.

Também é recomendável a confirmação da capacidade logística do fornecedor, especialmente no que se refere ao atendimento às unidades rurais e ao cumprimento dos prazos de entrega. Deve-se validar que a empresa contratada dispõe de estrutura, veículos e equipe suficientes para atender às demandas emergenciais e manter continuidade no abastecimento.

A Administração deverá ainda, examinar a compatibilidade das quantidades previstas com a estimativa anual de consumo elaborada no planejamento, garantindo que o Sistema de Registro de

Preços seja composto por volumes adequados à necessidade real das escolas. Esse alinhamento contribuirá para evitar tanto o desabastecimento quanto contratações suplementares desnecessárias.

Essas providências prévias são essenciais para assegurar que o contrato seja celebrado com segurança técnica, respaldo jurídico e plena capacidade operacional, garantindo a continuidade e a qualidade do fornecimento de gás de cozinha às unidades educacionais do Município de Cantagalo.

VII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso XI - contratações correlatas e/ou interdependentes.

Em razão das características do objeto e das condições operacionais das unidades escolares da rede municipal, identificam-se contratações que podem ser consideradas correlatas ou potencialmente interdependentes ao fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP). Essas contratações não são obrigatórias, mas podem contribuir para aumentar a segurança, a eficiência logística e a regularidade das atividades relacionadas ao preparo da alimentação escolar.

Uma possível contratação correlata refere-se à aquisição de fogões industriais, reguladores, mangueiras e acessórios certificados pelo INMETRO, destinados a substituir equipamentos obsoletos ou danificados nas cozinhas escolares. Como o uso de GLP exige compatibilidade técnica entre os recipientes e os equipamentos de consumo, a atualização periódica desses itens é fundamental para reduzir riscos de vazamento, melhorar o desempenho operacional e garantir conformidade com as normas de segurança vigentes.

Outra contratação potencialmente interdependente é a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de cozinha que utilizam GLP. A realização de serviços especializados de limpeza técnica, revisão de queimadores, troca de válvulas, reguladores e mangueiras contribui para a durabilidade dos equipamentos, reduz falhas no preparo da merenda escolar e aumenta a segurança dos servidores envolvidos no manuseio diário do gás de cozinha.

Também pode ser considerada correlata a eventual contratação de serviços de capacitação e treinamento dos servidores responsáveis pelo recebimento, armazenamento e manuseio de botijões de GLP. Esse treinamento pode abranger procedimentos de inspeção visual, verificação de lacres, medidas de prevenção de acidentes e orientações sobre o correto armazenamento dos recipientes, fortalecendo a segurança nas unidades.

Além disso, pode ser necessária, em alguns casos, a contratação de pequenas adequações estruturais nos locais de armazenamento do GLP, como melhorias de ventilação, implantação de suportes específicos para botijões, instalação de sinalização de segurança ou correção de irregularidades físicas do ambiente. Tais intervenções, embora simples, são importantes para atender às normas do Corpo de Bombeiros e da ANP, garantindo um ambiente seguro para alunos e servidores.

Por fim, eventual contratação de serviços de logística complementar pode ser avaliada para atender unidades rurais ou de difícil acesso, caso a empresa fornecedora do GLP não possua capacidade plena de atendimento em situações extraordinárias, como interrupções viárias ou períodos de alta demanda.

Essas possíveis contratações, quando necessárias, contribuem para fortalecer a infraestrutura de preparo da alimentação escolar, garantir segurança operacional e assegurar a eficiência no uso do GLP nas unidades da rede municipal.

VIII – SUSTENTABILIDADE

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A contratação do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) para as unidades escolares do Município de Cantagalo apresenta vantagens relevantes no âmbito da sustentabilidade socioambiental, especialmente pela previsibilidade do abastecimento, pela segurança operacional que o produto oferece e pela possibilidade de integrar práticas de logística reversa e uso eficiente dos recursos.

Entre as vantagens socioambientais, destaca-se que o GLP, embora seja um combustível fóssil, apresenta **queima mais limpa** se comparado a outras fontes energéticas tradicionais utilizadas em cozinhas industriais, resultando em menor emissão de material particulado e reduzida produção de resíduos durante sua utilização. A contratação também favorece a adoção de **processos padronizados de segurança e armazenamento**, contribuindo para ambientes escolares mais seguros e bem organizados, principalmente quando associada à utilização de botijões certificados pelo INMETRO e ao cumprimento das normas regulatórias da ANP.

No âmbito dos impactos ambientais, a utilização do GLP envolve emissões de dióxido de carbono (CO₂) decorrentes do processo de combustão, além do risco potencial de vazamentos e acidentes se os recipientes forem manuseados incorretamente. Outro impacto indireto refere-se ao ciclo de vida dos botijões, que, embora duráveis e reutilizáveis, demandam procedimentos de requalificação e destinação adequada após o fim de sua vida útil, sob pena de gerar resíduos metálicos descartados de forma irregular.

Para mitigar esses impactos, a contratação prevê a adoção de diversas medidas. Em primeiro lugar, todo o fornecimento deve ocorrer com botijões certificados pelo INMETRO, o que assegura que os recipientes atendam a requisitos de resistência, segurança e estanqueidade, reduzindo significativamente o risco de vazamentos e acidentes. A exigência de lacres invioláveis e documentação de rastreabilidade contribui para o controle da qualidade do produto e para a prevenção de adulterações.

Outra medida mitigadora é a obrigação do fornecedor de executar logística reversa integral dos botijões, recolhendo todos os recipientes vazios nas unidades escolares e garantindo sua reutilização, requalificação ou descarte conforme as normas técnicas aplicáveis. Essa prática evita o acúmulo de resíduos e se alinha à Política Nacional de Resíduos Sólidos, reforçando a responsabilidade compartilhada na gestão sustentável dos materiais utilizados.

Além disso, recomenda-se que a Administração adote práticas internas de **uso eficiente do GLP**, como a manutenção preventiva dos fogões, queimadores e mangueiras, permitindo uma combustão mais eficiente e reduzindo o consumo energético. A capacitação dos servidores sobre procedimentos de segurança, verificação de lacres e identificação de anomalias também contribui para minimizar riscos ambientais e garantir o uso racional dos recursos.

Por fim, a contratação possibilita que intervenções necessárias nas áreas de armazenamento de GLP sejam realizadas com foco em sustentabilidade, priorizando materiais adequados, boa ventilação natural e condições que reduzam riscos ambientais e promovam a segurança da comunidade escolar.

Assim, a contratação do fornecimento de GLP, quando acompanhada de requisitos técnicos de segurança e medidas mitigadoras apropriadas, proporciona vantagens ambientais e sociais significativas, permitindo que o serviço de alimentação escolar funcione de maneira eficiente, segura e alinhada às boas práticas de sustentabilidade no setor público.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A contratação do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), por meio de Sistema de Registro de Preços, busca alcançar resultados que promovam economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo.

O primeiro resultado esperado é a redução de custos operacionais, decorrente da aquisição planejada e da contratação em escala, assegurada pelo registro de preços. Esse modelo permite ao Município adquirir apenas a quantidade necessária ao longo da vigência da ata, evitando desperdícios, compras emergenciais e estoques excessivos, o que gera economia direta ao erário e maior previsibilidade no planejamento orçamentário anual.

Outro resultado relevante é a otimização dos recursos humanos envolvidos na operação das cozinhas escolares. Com o fornecimento regular e seguro de GLP, os servidores responsáveis pelo preparo da alimentação escolar passam a atuar em ambiente mais organizado e com menor risco de interrupção das atividades, reduzindo o tempo dedicado à resolução de problemas operacionais e ao gerenciamento emergencial de falta de gás. Isso possibilita maior foco nas atividades pedagógicas e de apoio à merenda escolar.

A contratação também contribui para o uso racional dos recursos materiais, uma vez que o fornecimento de botijões certificados pelo INMETRO e em conformidade com as normas da ANP reduz a incidência de falhas, vazamentos e danos aos equipamentos de cozinha, aumentando a vida útil dos fogões e acessórios. A logística reversa dos recipientes, obrigatória ao fornecedor, assegura que não haja acúmulo indevido de materiais, evitando desperdícios e contribuindo para um ambiente escolar mais seguro e sustentável.

Do ponto de vista da gestão pública, a contratação gera maior eficiência administrativa, pois centraliza a aquisição em uma única ata, simplificando procedimentos internos, reduzindo retrabalho e diminuindo a necessidade de múltiplas licitações ou contratações fragmentadas ao longo do ano. Isso libera tempo das equipes administrativas para se dedicarem a outras atividades essenciais da política educacional.

Por fim, espera-se como resultado a continuidade e regularidade do serviço de alimentação escolar, indispensável ao bem-estar dos estudantes e ao cumprimento do direito constitucional à educação. O abastecimento adequado de GLP garante a qualidade das refeições oferecidas nas unidades escolares, contribuindo para a permanência dos alunos e para o adequado funcionamento da rotina escolar.

Assim, os resultados pretendidos abrangem ganhos econômicos, operacionais e sociais, fortalecendo a eficiência do serviço público e assegurando melhores condições de funcionamento para toda a rede municipal de ensino.

X – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

A pesquisa apresentada reúne valores obtidos em fontes oficiais de compras públicas, incluindo dados do Compras Governamentais (gov.br), com metodologia de mediana e média aritmética, conforme determina a IN nº 65/2021, aplicada em complemento à Lei nº 14.133/2021.

A seguir, apresenta-se a análise de conformidade e compatibilidade dos preços estimados.

1. Valores estimados na pesquisa

Item 1 – Botijão P-13 (13 kg)

- Preço estimado: R\$ 140,00
- Faixa de preços encontrada: R\$ 129,95 a R\$ 223,58
- Preço em compras públicas (mediana): R\$ 140,00
- Licitação base: Pregão 900262025 – Prefeitura de Casimiro de Abreu/RJ
- Conclusão: O valor de R\$ 140,00 está **plenamente dentro da média de mercado e da Administração**, inclusive coincidindo com o preço vencedor da licitação de referência.

Item 2 – Botijão P-45 (45 kg)

- Preço estimado: R\$ 334,00
- Faixa de preços encontrada: R\$ 316,96 a R\$ 341,39
- Preço em compras públicas (mediana): R\$ 334,00
- Licitação base: Pregão 900262025 – Prefeitura de Casimiro de Abreu/RJ
- Conclusão: O valor de R\$ 334,00 está **rigorosamente alinhado com o preço praticado na Administração**, sendo exatamente a mediana das propostas finais obtidas na licitação analisada.

2. Análise de conformidade com o mercado e com a Administração

a) Compatibilidade com preços públicos oficiais

A pesquisa utilizou como fonte principal o Compras.Gov (gov.br), que é a base oficial da Administração Pública Federal e considerada referência para pesquisa de preços. Os preços obtidos são recentes (até setembro/2025), estão dentro da realidade regional do Rio de Janeiro e mostram consistência estatística.

b) Coerência com o mercado local e regional

Os valores observados (R\$ 140 para P-13 e R\$ 334 para P-45) estão compatíveis com a média do estado do RJ para fornecimento institucional, considerando:

- custos logísticos,
- margens praticadas por revendas autorizadas,
- certificação INMETRO obrigatória,
- reposição porta a porta nas unidades.

Não há indício de superestimativa.

c) Adequação estatística e metodológica

A pesquisa atende aos requisitos do art. 23 da Lei 14.133/2021 e art. 5º da IN 65/2021:

- usa mais de três fontes
- descreve método matemático aplicado
- apresenta faixa de valores
- utiliza fontes idôneas (Compras Públicas)

d) Conclusão técnica

Os preços apresentados **estão dentro da média praticada pelo mercado e pela Administração**. Não há sobrepreço, superfaturamento estimado ou indício de preços acima do usual.

Os valores são adequados para compor o valor estimado do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

Tabela Resumida da Pesquisa de Preços

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Preços Encontrados (mín.–máx.)	Média Aritmética	Mediana	Preço de Referência (adotado)
1	Botijão de Gás P-13 (13 kg)	220 botijões/ano	R\$ 129,95 a R\$ 223,58	R\$ 140,00	R\$ 140,00	R\$ 140,00
2	Botijão de Gás 120 P-45 (45 kg)	120 botijões/ano	R\$ 316,96 a R\$ 341,39	R\$ 334,00	R\$ 334,00	R\$ 334,00

Preço total estimado anual:

P-13: $220 \times 140 = \text{R\$ } 30.800,00$

P-45: $120 \times 334 = \text{R\$ } 40.080,00$

Total Geral: R\$ 70.880,00

3. Limitações da Estimativa de Preços

A estimativa de preços apresentada é adequada e fundamentada, mas possui limitações inerentes ao processo de pesquisa, especialmente em contratações de insumos sujeitos a variação de mercado, como o GLP. Entre as principais limitações, destacam-se:

- **Variação temporal do preço do GLP**

O preço do gás de cozinha sofre influência direta de reajustes de distribuidoras, custo de transporte, tributação e condições de mercado. Assim, os valores coletados refletem a realidade do período da pesquisa, podendo sofrer alterações até a data da contratação.

- **Diferenças regionais e logísticas**

As pesquisas são baseadas em compras públicas realizadas no estado do Rio de Janeiro, porém diferenças logísticas locais, distância do fornecedor e condições de entrega podem impactar o preço final.

- **Limitação de fornecedores cadastrados na base pesquisada**

As propostas coletadas refletem os fornecedores que participaram das licitações consultadas e que possuem cadastro no sistema governamental. Embora representem o mercado relevante, não abrangem todos os fornecedores existentes no estado.

- **Ausência de cotação direta de mercado privado**

A pesquisa baseou-se em preços governamentais (ComprasGov), que são confiáveis, mas podem apresentar valores distintos dos praticados no varejo ou atacado local.

- **Possível defasagem entre o consumo real e o estimado**

A estimativa de quantidades representa uma previsão, podendo haver aumento ou redução do consumo conforme o funcionamento das unidades escolares.

Apesar dessas limitações, a estimativa é considerada adequada, realista e suficiente, atendendo plenamente aos requisitos da Lei nº 14.133/2021 e da IN nº 65/2021.

4. Memória de Cálculo para Justificação do Preço de Referência

A memória de cálculo foi elaborada com base na metodologia de média aritmética e mediana, conforme orienta o artigo 5º da IN nº 65/2021.

Item 1 – Botijão de Gás P-13 (13 kg)

Valores obtidos:

129,95 – 130,00 – 140,00 – 219,00 – 223,58

a) Cálculo da média aritmética

$(129,95 + 130,00 + 140,00 + 219,00 + 223,58) \div 5 = \text{R\$ } 168,50$

b) Cálculo da mediana

Valores ordenados: 129,95 – 130,00 – **140,00** – 219,00 – 223,58

Mediana = **R\$ 140,00**

Preço de referência adotado: R\$ 140,00

Justificativa: a mediana reflete melhor o comportamento de mercado, evitando distorções provocadas por valores muito altos.

Item 2 – Botijão de Gás P-45 (45 kg)

Valores obtidos:

316,96 – 334,00 – 341,39

a) Cálculo da média aritmética

$(316,96 + 334,00 + 341,39) \div 3 = \text{R\$ } 330,78$

b) Cálculo da mediana

Valores ordenados: 316,96 – **334,00** – 341,39

Mediana = **R\$ 334,00**

Preço de referência adotado: R\$ 334,00

Justificativa: a mediana representa com precisão o preço praticado na Administração, evidenciado inclusive por pregão municipal recente.

- **Conclusão da Memória de Cálculo**

Para ambos os itens (P-13 e P-45), a escolha da mediana como preço de referência demonstra-se tecnicamente mais adequada, pois:

- elimina distorções causadas por valores atípicos;
- reflete o valor mais coerente com o mercado público;
- está alinhada à metodologia recomendada pela IN nº 65/2021;
- coincide com os preços vencedores de licitação recente para o mesmo objeto.

Assim, a estimativa final utilizada para composição do valor estimado da contratação é segura, consistente e aderente às normas vigentes.

XI – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação. Apontar o número de Termos de Referência a serem criados e tipo de adjudicação.

O parcelamento do objeto, com adoção do critério de menor preço por item, mostra-se a alternativa mais adequada para a contratação do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) destinado às unidades escolares do Município de Cantagalo. Essa solução permite que cada tipo de botijão (P13 e P45), quando aplicável, seja adquirido de acordo com suas características específicas de consumo e oferta no mercado, garantindo maior competitividade entre fornecedores e possibilitando a apresentação de propostas mais vantajosas para cada item individualmente.

A adoção do critério de menor preço por item evita a concentração da contratação em um único fornecedor, ampliando a participação de empresas locais e regionais e possibilitando a obtenção de preços compatíveis com a realidade de mercado. Essa medida contribui para o atendimento ao princípio da economicidade e para a busca da proposta mais vantajosa, prevista no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, além de favorecer fornecedores que, embora competitivos em determinado item, não possuam as melhores condições para fornecer o conjunto completo do objeto.

Além disso, o parcelamento por item permite adequar o quantitativo contratado às necessidades reais de consumo das unidades escolares, considerando que a demanda pode variar conforme o tipo e a capacidade dos equipamentos utilizados em cada cozinha escolar. Dessa forma, evita-se o risco de superdimensionamento ou subdimensionamento dos volumes adquiridos.

Com relação ao fornecimento parcelado, tendo em vista a adoção do Sistema de Registro de Preços, esta solução se mostra a mais eficiente e alinhada à rotina operacional das unidades escolares. O fornecimento contínuo e sob demanda possibilita que as escolas recebam os botijões de GLP ao longo da vigência contratual, de acordo com o consumo efetivo e com as particularidades de funcionamento de cada unidade. Isso elimina a necessidade de formação de grandes estoques e reduz o risco de vencimento ou deterioração dos recipientes, assegurando o uso adequado dos recursos públicos.

O fornecimento parcelado também viabiliza respostas rápidas a situações emergenciais, como aumento inesperado de consumo, falhas em equipamentos ou eventos institucionais que demandem maior utilização do gás de cozinha. Esse modelo agrega flexibilidade e eficiência à gestão da alimentação escolar, garantindo que o abastecimento não seja interrompido e que o serviço atenda plenamente às necessidades da comunidade escolar.

XII – FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR*Licitação; Dispensa; Inexigibilidade. Com justificativas.*

A forma de seleção do fornecedor escolhida para esta contratação é a mais adequada, considerando as características do objeto, a dinâmica de mercado do gás liquefeito de petróleo (GLP) e a necessidade de assegurar economicidade, competitividade e atendimento contínuo às unidades escolares da rede municipal. A contratação por meio de procedimento licitatório, com a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), está plenamente alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021 e atende às particularidades do fornecimento de insumos essenciais.

A escolha dessa forma de seleção é adequada porque o mercado de GLP é amplamente competitivo, composto por diversos revendedores autorizados pela ANP, o que favorece a obtenção de propostas vantajosas quando há disputa regular entre os fornecedores. A licitação mediante menor preço por item permite que cada competidor apresente sua proposta de maneira específica, considerando suas condições de fornecimento e logística, ampliando a competitividade e assegurando que a Administração contrate pelo preço mais vantajoso em cada item do objeto.

Adicionalmente, o uso do Sistema de Registro de Preços possibilita flexibilidade e eficiência, permitindo contratações futuras conforme a demanda real, sem necessidade de repetição de procedimentos licitatórios ao longo da vigência da ata. Essa forma de seleção reduz custos administrativos, evita contratações emergenciais e garante maior previsibilidade para o planejamento orçamentário e para o abastecimento regular das unidades escolares.

A forma escolhida também é compatível com a natureza continuada e parcelada do fornecimento de GLP, que exige reposições constantes ao longo do ano letivo. A disputa competitiva assegura que o fornecedor selecionado tenha preços adequados, logística compatível com a realidade do município e capacidade operacional para atender tanto a zona urbana quanto as unidades em área rural, sem comprometer a continuidade do serviço de alimentação escolar.

Por fim, essa forma de seleção reforça os princípios da isonomia, ampla competitividade, eficiência, seleção da proposta mais vantajosa e planejamento, garantindo que a Administração adote o modelo mais seguro, transparente e economicamente favorável para atender às necessidades essenciais das unidades educacionais de Cantagalo.

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. Fundamento: art. 6º, XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Com base nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação de gás liquefeito de petróleo (GLP), por meio do Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como necessária, viável e plenamente justificada para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo. A continuidade do fornecimento de GLP é elemento indispensável para a execução das atividades de alimentação escolar, assegurando que as unidades de ensino disponham de condições operacionais adequadas ao preparo diário das refeições oferecidas aos estudantes da rede municipal.

A análise da necessidade demonstrou que o fornecimento de GLP integra o conjunto de insumos essenciais ao funcionamento regular das cozinhas escolares, impactando diretamente a política pública de alimentação escolar, prevista em legislação federal e indispensável para o bem-estar, a

aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. A interrupção desse suprimento comprometeria a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais prestados pelo Município.

O levantamento de mercado, realizado com base em fontes oficiais e idôneas, especialmente o sistema Compras Governamentais (gov.br), demonstrou que os preços utilizados na estimativa estão compatíveis com o praticado pela Administração Pública, atendendo às exigências da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 65/2021. Os valores de referência adotados refletem o comportamento real do mercado e asseguram confiabilidade ao planejamento da contratação.

A solução proposta — fornecimento parcelado de GLP, sob demanda, com uso de botijões certificados pelo INMETRO e entregues diretamente nas unidades escolares — mostrou-se a alternativa mais adequada sob as perspectivas técnica, operacional, econômica e socioambiental. Trata-se de solução segura, compatível com a infraestrutura existente e capaz de garantir atendimento contínuo tanto às unidades urbanas quanto às rurais do município.

Foram também consideradas medidas de sustentabilidade, riscos potenciais e ações mitigadoras, bem como requisitos legais, operacionais e de segurança aplicáveis ao objeto. Concluiu-se que todos os aspectos analisados convergem para a viabilidade da contratação e sua adequação ao interesse público.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é **plenamente justificável, vantajosa e necessária**, devendo prosseguir para as etapas subsequentes de elaboração do Termo de Referência, definição do valor estimado e instauração do procedimento licitatório, garantindo-se a observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Cantagalo/RJ, 17 de novembro de 2025.

Elaboração: Secretaria Municipal de Educação – Setor de Planejamento e Compras

Responsável Técnico: Kathleen Silva da Rocha – matrícula: 5074-1

Cargo/Função: Oficial Administrativo

Assinatura: _____

Setor de Licitações

Anexo II

Processo Administrativo nº 3238/2026

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, pela **<Órgão / Unidade>**, com sede na **<Endereço órgão/unidade>**, neste ato representada pelo(a) **<cargo e nome>**, portador da Identidade Funcional nº **<nº matrícula>**, considerando o resultado da licitação nº **<nº /ano da licitação>**, publicada no **<local publicação>** **<data publicação>** para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº **<nº processo>**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº **90011/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 4.131, de 20 de março de 2024, e nos demais normativos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial, conforme especificado(s) no(s) item(ns) <itens> do Termo de Referência, anexo do [edital de Licitação nº ____/202_] que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor: <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>				
	Especificação	Marca	U/C	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Setor de Licitações

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de Licitações

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital;.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Setor de Licitações

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Setor de Licitações

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Setor de Licitações

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 4.131, de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Setor de Licitações

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 4.131, de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 10.1.1. advertência pela inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;
- 10.1.3. multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ata, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratante. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- 10.1.4. multa de 30% (trinta por cento) do valor total da ata em caso de cancelamento do registro por culpa do contratado;
- 10.1.5. impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 10.1.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.1.7. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor da ata e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação da contratada observado o prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

10.3. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão gerenciador, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

10.4. As sanções previstas nas alíneas 10.1.1, 10.1.5 e 10.1.6 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

10.5. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do compromitente, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

10.6. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de cancelamento do registro nem tampouco afasta o dever do compromitente de reparação integral dos danos causados à Administração.

10.7. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do quantum das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

Setor de Licitações

10.8. A notificação do compromitente dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

10.9. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

10.10. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas ao contratado ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que o contratado tenha em face do MUNICÍPIO.

10.11. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.12. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cantagalo, [dia] de [mês] de 2026.

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Setor de Licitações

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

ANEXO III
CONTRATO ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO Nº xx/2026.

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA DECORRENTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM <ÓRGÃO/ENTIDADE> E A EMPRESA <RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA> PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

Aos dias **[dia]** do mês de **[mês]** do ano de **[ano]**, na **[endereço do órgão contratante]**, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do **[órgão da Administração Direta]**, ou a(o) **[entidade da Administração Indireta]**, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo **[autoridade administrativa competente para firmar o contrato]**, e a **[nome da sociedade empresaria contratada]**, estabelecida na **[endereço da sociedade CONTRATADA]**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº **[nº CNPJ]**, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **[representante da sociedade CONTRATADA]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **[nº processo]** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>** - Pregão Eletrônico nº 90011/2026, Processo Administrativo nº **<nº processo administrativo>**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial, que serão fornecidos nas condições estabelecidas no Edital do pregão **<nº pregão>**, Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>** e conforme especificações e quantitativos discriminados no anexo I do presente instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global do presente contrato é de R\$ <valor> <(valor por extenso)>, os valores unitários são aqueles constantes na Ata de Registro de Preços, que segue anexo ao presente instrumento.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/11/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor **total** da contratação.

11.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.2.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

11.2.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.2.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

11.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

11.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

11.7.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

11.7.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.*

11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

11.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.11.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.11.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.12.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.12.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

11.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/21, a prática, pelo CONTRATADO, das seguintes condutas:

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

12.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada; e

12.1.7.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 **Advertência**, quando praticada a infração descrita no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticada as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8, bem como nos casos previstos nos subitem 12.1.2 a 12.1.4, que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.4 **Multa administrativa**, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.8, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor inicial atualizado do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.3, incidente sobre o valor inicial atualizado do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.4 a 12.1.8, incidente sobre o valor inicial atualizado do Contrato.

12.2.4.1 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

12.2.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.9. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento)

12.10. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 9.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas;

12.11. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato;

12.12. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 9% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.13. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.14. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.15. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.16. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

- a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
- b) a aplicação da sanção prevista no item 9.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:
 - 1. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Prefeito Municipal;
 - 2. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade;

12.17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.18. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.19. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.20. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Prefeitura Municipal de Cantagalo.

12.21. O **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.22. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.23. O **CONTRATANTE** deverá remeter para ao órgão de Controle Interno o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública.

12.24. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.25. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.26. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.27. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.28. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.29. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.30. A nota de débito deverá ser encaminhada ao Serviço de Administração Tributária para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, pela Procuradoria Municipal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei 694/05.

12.31. O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem a Lei Federal nº 6.830/80 e Leis Municipais 20/77 – CMT e 694/05.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de Licitações

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cantagalo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Setor de Licitações

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

À
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Ref. Pregão Eletrônico nº 90011/2026.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTD TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Botijão de GLP P-13 (13 kg)		Unidade	220		
2	Botijão de GLP P-45 (45 kg)		Unidade	120		
TOTAL						

VALIDADE DA PROPOSTA:(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)

Setor de Licitações

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Pregão Eletrônico: 90011/2026

Processo: 3238/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Concorrência, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2026.

Setor de Licitações

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90011/2026

Processo: 3.238/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45), destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxx do CPF nº xxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

_____, em ____ de _____ 2026.

(representante legal).